



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

UM PASSADO QUE SE REINVENTA NO PRESENTE: LBA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E GÊNERO

Alene Silva da Rosa¹
Bárbara Domingues Nunes²
Vini Rabassa da Silva³

RESUMO: Resumo: O presente trabalho busca contribuir para o debate a respeito das questões de gênero que marcam as origens e a contemporaneidade da política de assistência social. As ações consideradas como protoformas da assistência social, tiveram predominantemente mulheres como trabalhadoras. O estudo desenvolvido caracteriza-se enquanto qualitativo, com caráter documental e bibliográfico orientado teoricamente pelo materialismo histórico-dialético. Concluímos que as origens da assistência social, também possuem marcas no presente. Um passado que se reatualizada e traduz a lógica da sociedade patriarcal, ao transferir para as mulheres a questão dos cuidados e resolutividade das demandas apresentadas. Não à toa que os dados atuais expressam as mulheres trabalhadoras como maioria no serviço social. Campo de trabalho que historicamente foi e é ocupado por mulheres.

PALAVRAS-CHAVES: Legião Brasileira de Assistência; Gênero; Assistência Social

1. INTRODUÇÃO

A política de assistência social caracterizou-se historicamente como espaço de trabalho exclusivo e privilegiadamente destinado as mulheres. As quais constituíram e constituem cargos de gestão, planejamento, controle e execução.

Somado a isso, as ações também possuem as mulheres como público destinatário de massa as mulheres. Isto também ocorre em decorrência das questões de desigualdade de gênero que contribuem para as vulnerabilidades vivenciadas por esse público, que ora acarretam as demandas diante das necessidades de subsistência e proteção social. Assim, “desde o seu germe, portanto, há uma nítida marca de gênero como construto da Assistência Social” (Cisne, 2007, p. 1).

¹ Professora substituta do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); Bolsista PROSUC/CAPES. E-mail: alene.rosa@sou.ucpel.edu.br

² Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS/2023). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política (Bolsista CAPES/PROEXPUCRS) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos (UCPELRS). E-mail: nunesbarbara1@gmail.com.

³ Universidade Católica de Pelotas; Doutora em Serviço Social pela PUCRS; Professora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL; E-mail: vini.silva@ucpel.edu.br



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

A assistência social possui intrínseca ligação com as origens do serviço social. Netto (1992) compreende os assistentes sociais como “executores terminais de políticas sociais”, mas estes agentes profissionais possuem, segundo Iamamoto (2009), outras alternativas e possibilidades de ações, embora esse perfil ainda seja predominante no seio da profissão. Ressalta-se que os assistentes sociais foram protagonistas na implementação das políticas públicas e suas regulamentações legais e operativas. Atuando na mediação entre as instituições e população atendida, função essa ocupada, majoritariamente, por mulheres trabalhadoras que marcam as origens e o presente da política de assistência social.

As discussões tanto teóricas, quanto nos espaços de trabalho profissional, envolvem as mulheres⁴ como destinatárias das ações. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é discutir a respeito das questões de gênero que marcam as origens, e a contemporaneidade da política de assistência social. Sem desconsiderar seus avanços, a importância do protagonismo feminino na governança⁵ desta política, e seu significado para a população usuária no atendimento as suas necessidades.

2. PROTOFORMAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Após um período de pouco mais de 10 anos das primeiras iniciativas estatais de legislações e instituições sociais voltadas à classe operária, surge no Brasil, no ano de 1942, ainda na era Vargas, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), sob o comando da primeira-dama do país, a senhora Darcy Vargas. A instituição é criada por meio do Decreto-lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942, que estabelece contribuições para a Legião Brasileira de Assistência e dá outras providências. A partir desse decreto a instituição passa a ser reconhecida como prestadora de assistência social de forma direta ou em colaboração com instituições especializadas, inclusive atuando de forma colaborativa com o Estado.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), há uma centralização que se inicia, em âmbito federal, nas ações de assistência social, a partir da criação dessa instituição. As autoras corroboram com Draibe e Aureliano (1989), a respeito da

⁴ Para melhor aprofundamento ver texto de Mirla Cisne (2007) A “FEMINIZAÇÃO” DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: apontamentos históricos para uma análise de gênero.

⁵ Governança que abrange os cargos de gestão e execução da política. Envolve o “[...] modus operandi das políticas governamentais (Nunes; Andrade, 2021, p.08).



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

difficuldade de estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil, pois

Programas de assistência social são muitos no país, e desenvolvidos por diversos órgãos públicos, distribuídos nas três esferas de governo. Por outro lado, dirigem-se a serviços e benefícios dos mais variados, que vão do atendimento às necessidades de saúde, alimentação, educação, trabalho, lazer, assistência jurídica, etc., procurando enfrentar, sob forma de auxílios temporários ou emergenciais, alguns dos múltiplos aspectos do quadro de carências que afeta a grande maioria da população brasileira. Com esse caráter fragmentado, indefinido, relativamente instável, programas de assistência pública vêm sendo desenvolvidos no país, ao longo de toda sua história (Aureliano e Draibe, 1989, p.135).

Para Couto (2006), a criação da LBA representa a busca do governo Vargas por legitimidade junto a população pobre, ainda que em um primeiro momento suas ações tenham sido destinadas as famílias de pracinhas brasileiros que foram para II Guerra Mundial. A partir dos apontamentos feitos por Iamamoto e Carvalho (2014), compreendemos que o surgimento dessa instituição tem sua gênese a partir das iniciativas particulares, mas logo é adotada pelo governo que passa a financiá-la, conforme exposto nos art. 2 e 3 do decreto nº 4.830/1942. Além dos recursos destinados pela União, a instituição contava com o patrocínio de grandes corporações e o concurso das senhoras da sociedade.

Essa busca por legitimidade, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), advém da impopularidade do governo, do excesso de uso da força e medidas coercitivas, recrudescimento da inflação e aumento do custo de vida, somado ao fortalecimento da oposição e a articulação e reorganização do movimento operário, que ressurgiu nesse contexto, promovendo manifestações e contribuindo para o surgimento do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), em 1943. Ainda conforme os autores, o surgimento da LBA terá, de forma imediata, um amplo papel de mobilização da opinião pública, buscando cultivar e canalizar apoio político para o governo, movimentando sua ação assistencialista (Iamamoto e Carvalho, 2014).

O que identificamos na apreensão da gênese da assistência social, é que ela não surge enquanto uma política social pensada para a realização de uma intervenção assistencial e cuidado, com vistas ao acesso e garantia de direitos para a população pobre em situação de trabalho informal ou desemprego, com pouco ou nenhum acesso à proteção social e a satisfação de suas necessidades básicas de subsistência, tampouco, voltada para a classe operária, que mesmo recebendo um salário, vivia em

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

péssimas condições de vida. Ao contrário, o que vemos é o Estado encampando iniciativas particulares, voltadas exclusivamente para os pracinhas e suas famílias, numa tentativa de reverter o declínio de popularidade do governo Vargas na época.

A gênese da instituição é formada por uma tríade, a partir da motivação caritativa da primeira-dama, que encontra amparo da Federação das Associações Comerciais (FAC), e o apoio e financiamento do governo federal. Podemos considerar que essa tríade figurava a primeira experiência de parceria público-privada na área da assistência social. Assim, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), surge como uma instituição de benemerência, que possuía o objetivo⁶ “de atender a um chamado para cumprir uma importante missão na proteção às famílias dos bravos soldados e na execução de todos os deveres civis que fossem necessários”, conforme escreveu a Sr.^a Darcy Vargas, em correspondência para a primeira-dama do estado de Santa Catarina, a Sr.^a Beatriz Nereu Ramos, na qual a convidava para fundar um centro estadual, e assumir a direção do movimento naquele estado.

Na narrativa escrita por Ramos (1945) sobre a fundação da LBA, identificamos facilmente de maneira entusiasta a vinculação com a fé cristã, a caridade, e um chamado para o sentimento patriótico e de solidariedade que deveria envolver toda a população, em uma ação de cooperação com os poderes públicos. Para Yasbek (2004), as ações solidárias e a filantropia são formas encontradas pelo Estado ao não se responsabilizar com o investimento em políticas sociais, garantia e acesso⁷ aos direitos sociais, para tratar as expressões da questão social, como pobreza, exclusão e subalternidade. Ainda conforme a autora, para os liberais essas ações de solidariedade e de “assistir” o pobre, são necessárias desde que não se transformem em direito ou políticas públicas.

Além do incentivo a solidariedade, vemos no governo de Getúlio Vargas, o seu reconhecimento como o “Pai dos Pobres”. E com a fundação da LBA, a primeira-dama passa a ser vista e exaltada como uma grande mãe da nação, tais características coadunam com algumas questões apontadas por Stanley (2018), ao tratar da política fascista, que remetem ao culto a família patriarcal, em que o papel da mulher seria o de cuidar do povo como se fossem seus filhos. O autor trata também sobre o despertar

⁶ Esse era o objetivo da instituição e das mulheres na época.

⁷ “[...] o acesso aos direitos não depende tão somente das lutas e movimentos sociais, mas das diferentes governanças e suas ideologias baseadas nos valores sociais, além da destinação de recursos econômicos às políticas públicas” (Nunes, 2023, p. 171).



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

(provocar) o sentimento de patriótico de pertencimento a nação, o rememorar um passado glorioso, com guerreiros e soldados leais que serviam ao país, enquanto as mulheres ficavam cuidando da próxima geração. Tais elementos podem ser identificados no seguinte trecho

[...] a Legião Brasileira de Assistência encontrou em Santa Catarina, como em todo o Brasil, éco favorável em tôdas as camadas sociais, desde a choupana do pobre à vivenda do rico, envolvendo a todos, homens e mulheres, no mesmo pensamento de cooperação com os poderes públicos, para que pudessem êstes, sem embaraço de qualquer ordem, fazer face à nova situação criada pelo estado de guerra do Brasil às potências do eixo, em defesa da Unidade continental. Assim, surgiu e frutificou a Legião Brasileira, no País, cuja bandeira de fé, amor e caridade tremula, ufana, aos ventos de tôda a nacionalidade, que aplaude aclamando-a (Ramos, 1945, p.7).

No Relatório de Atividades referente ao ano de 1944, do Centro Estadual de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, Ramos (1945) descreve que só nesse estado a instituição contava com um número expressivo de mulheres voluntárias que desenvolviam alguma atividade na instituição, as chamadas legionárias. No final do ano de 1944 o número total de voluntárias no estado de Santa Catarina correspondia a 4.607 mulheres, sendo que 1.580 atuavam na sede, e 3.027 distribuídas nos 43 centros municipais.

É notável a presença expressiva das legionárias no desenvolvimento das atividades nos 43 centros municipais existentes, ou seja, um em cada cidade naquele período, sendo fundados 41 no mesmo ano do surgimento da LBA, um em 1943, e outro em 1944. Isso nos dá a dimensão do quão lépido foi o espraiamento da instituição no território brasileiro, que somente no primeiro ano de fundação já estava presente em quase todo estado catarinense. Os dados evidenciam que as ações desenvolvidas pela instituição não estavam centradas nos grandes centros urbanos ou capitais, mas possuíam um caráter de interiorização, abrangendo diferentes realidades e localidades. Conforme o relato de Ramos (1945), essas atividades eram destinadas a diferentes públicos,

Assistindo ao infeliz enfermo no seu leito de dor, à viúva paupérrima e sua prole, ao pobre sem teto e sem recursos, ao mendigo sem migalha, à criança desamparada, às famílias dos convocados e dos travos soldados expedicionários, enfim a todos os necessitados [...] (Ramos, 1945, p.3)

Com exceção dos convocados e soldados expedicionários e do enfermo em seu leito de dor, na nova redação da LOAS e da PNAS, identificamos que de 1942 à

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

2024 o público ao qual se destinam os serviços, programas, benefícios e projetos da assistência social permanece o mesmo. Considerando a família, a maternidade, as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade, as pessoas em situação de rua, as crianças e adolescentes em situação de negligência, abandono, violência ou em conflito com a lei, as pessoas com deficiência, enfim a todos a quem dela necessitarem. Além do público diverso, outro ponto que nos provoca e convoca a reflexão, se refere às múltiplas ações que a LBA desenvolvia, vinculadas as diferentes políticas sociais, mas que naquele contexto pareciam operar todas de forma conjunta.

Os dados abordados anteriormente provocam reflexões pertinentes evidenciar, pois evidenciam a assistência social vinculada ainda na contemporaneidade atrelada a um grande contingente de mulheres, sejam elas usuárias, trabalhadoras e primeiras-damas na gestão das secretarias de assistência social. Esses assuntos serão aprofundados no próximo item.

3 GÊNERO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Buscamos refletir sobre o primeiro damismo. Como já fora referido nesse trabalho, a direção nacional da LBA estava sob o comando de Darcy Vargas, esposa do então presidente Getúlio Vargas, e primeira dama do país. A estrutura administrativa em que se organizava a instituição em âmbito nacional, serviu de base e modelo para os centros estaduais e municipais, onde as primeiras-damas também foram convidadas para assumirem a presidência das instituições. Essa vinculação entre as ações sociais desenvolvidas de forma assistencialista, benevolente, voluntária e caritativa com a figura da primeira dama, será uma característica que acompanhará a trajetória da assistência social ao longo dos anos, mesmo após a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005.

Conforme dados trabalhados por Medeiros (2019), em nível municipal havia no Brasil, na época da elaboração da sua produção, um total de 1.305 primeiras-damas na condução da política de assistência social, o que corresponde a um percentual de 23,44% dos municípios brasileiros, considerando o total de 5.568 elencados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2023. É a partir da presença de Darcy Vargas, que se inaugura a cultura do primeiro

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

damismo à frente da assistência social, instituições ou programas sociais, depois dela outras tiveram destaque, a exemplo de Sarah Kubitschek, Rosane Collor, Ruth Cardoso e recentemente Michela Temer e Michele Bolsonaro.

Apesar da presença das primeiras-damas a frente da instituição no âmbito nacional, estadual e municipal, ao examinarmos com maior rigor o relatório das atividades do estado de Santa Catarina, nos chama atenção a composição administrativa da maioria dos centros municipais e do centro estadual em que as mulheres somente aparecem, enquanto presidentes de honra. Outras atividades vinculadas a área financeira e administrativa são todas ocupadas por homens reforçando os estereótipos de gênero, tal constatação corrobora com o apontado por Barbosa (2017, p.83-84), ao afirmar que “a mulher ocupa lugar de destaque [...]”. Porém, as funções legislativas, técnicas e administrativas deveriam permanecer nas mãos dos homens [...]”.

A segunda reflexão se refere a construção do ideário dos papéis de gênero designados e desempenhados para e pelas mulheres, como o desenvolvimento de atividades de cuidado com o outro, ainda que, como **é desenvolvido** na perspectiva de Gouveia (2019), de que o cuidado é uma necessidade ontológica do ser, independente do gênero. Na sociedade patriarcal esse papel fica designado as mulheres, que na divisão social e racial do trabalho, são as responsáveis pelos cuidados com os filhos, casa, marido e sem nenhuma remuneração. Para Baldessar et al. (2018), as funções exercidas na LBA, tanto por Darcy Vargas quanto pelas voluntárias eram uma espécie de “maternidade social”, onde as normas de gênero relacionadas a mulher, deveriam ser reproduzidas na sociedade.

A terceira reflexão, se vincula as outras duas, mas diretamente a segunda, pois trata das atividades das legionárias, desenvolvendo trabalhos de: socorristas, costura, atendimento às crianças, arrecadadora de provisões, enfermeira, dentre outras, não curiosamente, tais atividades na atualidade compõem o trabalho de algumas profissões exercidas majoritariamente por mulheres como: trabalhadoras domésticas, pedagogia, enfermagem, psicologia e serviço social. Essa compreensão corrobora com o exposto por Cisne (2004, p.133), ao afirmar que “a subordinação da mulher no mundo do trabalho está vinculada à naturalização de papéis e ao desenvolvimento de habilidades referidas como femininas”.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

No tocante ao serviço social, segundo dados obtidos no CFESS (2022), no ano de 2022 o número de assistentes sociais corresponde a 200 mil profissionais com inscrição ativa no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), destas, 92% são de mulheres (cisgênero, transexuais e travestis). Passados dois anos, o CFESS (2024) informa que o número de profissionais passou para 240 mil, destas, um percentual de 49,97% está trabalhando na política de assistência social. Isso demonstra um traço histórico da profissão, que se refere tanto a questão de gênero, mas também a vinculação com a assistência social. Segundo Iamamoto e Carvalho (2014), a LBA foi de grande importância para a implantação e institucionalização do serviço social, contribuindo com a consolidação e expansão do ensino e do número de trabalhadoras sociais.

No livro de José Fernando Siqueira da Silva “Serviço Social: Resistência e Emancipação”, o autor traz elementos importantes sobre as origens do serviço social, suas implicações na sociedade capitalista e no alcance do seu trabalho. Um dos pontos também de destaque do livro é a relação do serviço social com as políticas sociais, o autor traz um trecho de entrevista com Yazbek onde a mesma afirma “[...] a história da assistência, a nossa história e a história da assistência elas caminham paralelo” (Silva, 2013, p. 141-142).

Portanto, é imprescindível ao discutir sobre a política de assistência social, também abordarmos as origens da profissão que contribuiu e muito desde a gênese desta política até sua estruturação em termos legais e operacionais. Diante do exposto para compreender o presente, precisamos olhar para o passado. Tempo esse que nas protoformas do serviço social oferecia cursos de tricô, conferências, conselhos de higiene, estímulo pelo amor ao lar e preparo para o cumprimento dos deveres das operárias. Ações voltadas para mulheres na missão educativa e caridosa, pela preservação da ordem moral e social. A mulher também era vista como imprescindível para restauração da família. As moças da sociedade se preocupavam com os problemas sociais (da classe operária) devido o sentimento de justiça social e caridade religiosa (Iamamoto; Carvalho, 2014).

A origem do serviço social está ligada às iniciativas da igreja, como alternativa para qualificação do laicato, sobretudo as mulheres com ligação às representações mais abastadas da sociedade. Predominava uma perspectiva de servir, como um chamado e/ou missão baseada em questões éticas, religiosas ou políticas que só

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

poderiam aderir sujeitos com um determinado perfil missionário. Isso coopera para interferir na consciência dos assistentes sociais sobre as suas condições e implicações como trabalhadores assalariados, e aderência a ideologia de que o serviço social e/ou a política de assistência social devem ser executadas e geridas por assistentes sociais mulheres. O que consequentemente enfraquece a luta contra o patriarcado, e a organização dos profissionais em defesa dos seus direitos (Iamamoto; Carvalho, 2014).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da discussão observamos como os elementos históricos demonstram a presença massiva das mulheres na assistência social, seja na direção governamental das instituições e/ou como trabalhadoras na execução das ações. Embora um pequeno contingente masculino também tenha ocupado esses espaços, as mulheres no decorrer do tempo sempre se mostraram a maioria na política de assistência social. A predominância feminina pode ser compreendida, desde as origens da profissão que tinha “um perfil missionário” desejável para as trabalhadoras. As quais eram membros de classes abastadas e acabavam reproduzindo suas perspectivas e esses ideários no atendimento à população.

Não desconsideramos todos os avanços e conquistas da política de assistência social, e sua importância para a população atendida. E ou a importância do protagonismo feminino nos espaços de gestão e trabalho nas políticas públicas. Mas é inegável a reinvenção do passado no presente, e as marcas que se perpetuam ao longo do tempo atribuindo determinadas profissões e espaços de trabalho somente as mulheres. São questões que nos lembram a discussões de Bento (2022) sobre o pacto narcísico, são códigos não falados, mas reproduzidos ao longo da história, que no contexto da discussão ora apresentada atravessam as ações e estruturação das condições de trabalho. A “renovação da velha questão social sob outras roupagens e novas condições sócio-históricas de sua produção/reprodução” (Iamamoto, 2001, p. 28).

REFERÊNCIAS

AURELIANO, Liana; DRAIBE, Sonia Miriam. A especificidade do “*welfare state*” brasileiro. Cap. III. p.85-179. *IN*: Projeto: a política social em tempos de crise: articulação institucional e descentralização. v.1. Reflexões sobre a natureza do bem-

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

estar. Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Brasília, 1989. Disponível em: [untitled \(cepal.org\)](#). Acesso em: 18 maio 2024.

BARBOSA, Michele Tupich. Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). 244 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Paraná, 2017. Disponível em: [Microsoft Word - VERSÃO...O DEFESA PRONTO \(ufpr.br\)](#). Acesso em:

BENTO, Cida. Pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete (orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo, Cortez, 2006

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. [Biblioteca básica do Serviço Social, v.2]. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

BRASIL. Decreto Legislativo 4.682. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Disponível em: [DPL4682-1923 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 17 maio 2024.

BRASIL. Resolução nº 39/2010. Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde. Conselho Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ano CXLVII, nº.240. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2010. Disponível em: [resolucao_cnas_39.pdf \(saude.gov.br\)](#). Acesso em: 18 maio 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.830 de 15 de outubro de 1942. Estabelece contribuição especial para a Legião Brasileira de Assistência, e dá outras providências. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acesso em: 09 jun. 2024

CFESS. A gente quer o CFESS no CNAS. Disponível em: [CFESS - Conselho Federal de Serviço Social](#). Acesso em: 15 jul. 2024

CFESS. Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: CFESS lança segunda parte da pesquisa. Novo volume traz dados complementares da categoria. Disponível em: [CFESS - Conselho Federal de Serviço Social](#). Acesso em: 15 jul. 2024

CISNE, Mirla. A “feminização” da assistência social: apontamentos históricos para uma análise de gênero. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, agosto 2007.

CISNE, Mirla. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na história da “feminização” da profissão. Dissertação

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

(Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2004.
Disponível em: [Cisne Mirla Dissertação UFPE2004.PDF](#). Acesso em: 29 jun. 2024

GOUVEIA, Rachel. Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão. 1º ed. São Paulo, Hucitec, 2023.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS, ano 2, n. 3, jan./jul. Brasília: Grafling, 2001.

IAMAMOTO, M.V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 41º ed. São Paulo, Cortez, 2014.

JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo: diário de uma favelada. 10º ed. São Paulo, 2014

LBA. Boletim da LBA – Comissão Estadual da Bahia. Ano I. nº.3. jul./set. 1948. Bahia, 1948. Disponível em: [Hemeroteca \(bn.br\)](#). Acesso em: 15 jun. 2024

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva. O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao serviço social. p.311-338. IN: Revista Praia Vermelha. nº 1 (especial). v. 29. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [Vista do O primeiro-damismo e a gestão da assistência social: desafios ao serviço social \(ufrj.br\)](#). Acesso em: 15 jun. 2024

NETTO, J. P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, Bárbara Domingues; ANDRADE, Tiago Silva. Os Desafios da Intersetorialidade e a Política de Assistência Social na Pandemia. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas (X JOINPP), 2021. X Jornada Internacional de Políticas Públicas. TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA: consciência de classe e lutas sociais na superação da barbárie, 2021.

NUNES, Bárbara Domingues. A construção do cuidado em liberdade: o pioneirismo de São Lourenço do Sul na Reforma Psiquiátrica. Curitiba: CRV, 2023.

RAMOS, Beatriz Pederneiras. Relatório de atividades do Centro Estadual da Legião Brasileira de Assistência. Ano 1944. Florianópolis, 1945.

SILVA, José Fernando Siqueira. Serviço Social: resistência e emancipação? 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

SPOSATTI, Aldaíza de Oliveira [et. al.]. A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão de análise. 10. ed. São Paulo, Cortez, 2008

STANLEY, Jason. Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”. 1. ed. Porto Alegre, L&PM, 2018.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressão da questão social no Brasil. IN: Revista Temporalis. Disponível em: [temporalis n 3 questao social-201804131245276705850.pdf](https://temporalis.n3.questao-social-201804131245276705850.pdf) (abepss.org.br). Acesso em: 20 maio

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

